

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, sociedade seguradora, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1489 e Rua Guaianases, nº 1238, Campos Elíseos, São Paulo/SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.198.164/0001-60, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada "**CONTRATANTE**"; e

**HORUS SERVIÇOS E CONSULTORIA EIRELI -ME**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Sete, quadra 29, CEP 65062-720, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.480.059/0001-67, neste ato representada por seu na forma de seu Contrato/Estatuto Social, doravante denominada "**CONTRATADA**".

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, as partes acima qualificadas têm entre si, justo e acordado, o presente **Contrato de Prestação de Serviços ("Contrato")**, o qual será regido pelas cláusulas e condições seguintes, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – Objeto**

**1.1.** Constitui objeto do presente Contrato a prestação, pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, ou ainda para quem esta venha determinar, dos serviços indicados na Proposta Comercial/Técnica nº 01, datada em 22 de junho de 2017, sempre e em qualquer hipótese sem caráter de emprego, pessoalidade, exclusividade ou subordinação de qualquer espécie.

**1.2.** Os documentos abaixo listados, devidamente assinados pelas partes, fazem parte integrante e indissociável ao presente instrumento como Anexos, de modo que as partes são obrigadas ao cumprimento integral de todas as suas disposições:

- (a) Proposta Comercial
- (b) Planilha de Preços e localidade
- (c) Memorial Descritivo de Serviços

**CLÁUSULA SEGUNDA – Não exclusividade da contratação**

**2.1.** A presente contratação é celebrada em caráter não exclusivo, sendo facultado à **CONTRATANTE** celebrar idênticos e simultâneos contratos com outras pessoas, físicas e/ou jurídicas, desde que respeitadas às disposições ora avençadas e não prejudiquem os serviços ora contratados.

**CLÁUSULA TERCEIRA – Obrigações das Partes**

**3.1.** A **CONTRATADA** obriga-se a cumprir e fazer cumprir as seguintes obrigações relacionadas ao presente Contrato:

- (a) Executar os serviços na forma acordada, empregando mão-de-obra qualificada, treinada e em número suficiente para executar os serviços contratados com alta qualidade e nível técnico, de acordo com a legislação vigente;
- (b) Analisar todos os detalhes estruturais, técnicos e contratuais necessários e inerentes à perfeita execução dos serviços ora contratado;



- (c) Cumprir as normas da ABNT inerente ao serviço contratado, sem prejuízo da aplicação de outras normas ou legislação editadas ou publicadas posteriormente;
- (d) Aplicar adequadamente e com obediência os requisitos técnicos e de segurança os materiais necessários à realização dos serviços ora contratado;
- (e) Dar a destinação ecologicamente correta aos resíduos, materiais, entulhos, etc., originados da prestação dos serviços, se aplicável, de acordo com a legislação ambiental atualmente vigente, responsabilizando-se direta e objetivamente por eventuais autuações e penalidades impostas pelas autoridades competentes, em relação à inobservância da legislação ambiental aplicável;
- (f) Observar as Normas Reguladoras do Ministério do Trabalho que lhe sejam aplicáveis, em especial as relativas à CIPA (NR 5), ao Programa de Controle Médico e da Saúde Ocupacional - PCMSO (NR 7), ao Programa de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA (NR 8), Segurança em Instalações e Serviços de Eletricidade (NR 10), Segurança e Saúde de Trabalho em Espaços Confinados (NR 33), Segurança para Trabalho em Altura (NR 35), Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho da Indústria e da Construção - PCMAT (NR 18), sem exclusão das demais as quais esteja obrigada;
- (g) Fornecer à **PORTO SEGURO**, antes do início dos serviços, o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) dos profissionais que atuarão na obra, as respectivas Fichas de Registro, o Registro de Entrega de EPI's e a Análise Preliminar de Risco de Atividade;
- (h) Fornecer periodicamente uniformes para seus colaboradores, equipamentos de proteção individual (EPI) e coletiva (EPC) relativos às atividades objeto do presente Contrato, instruções e normas de segurança do trabalho, bem como fiscalizar a efetiva utilização de tais equipamentos de proteção e a observância das respectivas instruções e normas, além da legislação em vigor;
- (i) Contratar, as suas próprias expensas e sem qualquer ônus à **PORTO SEGURO**, os seguros previstos na(s) Proposta(s) Comercial(is)/Técnica(s) que venha(m) a ser firmada(s), relacionados aos riscos inerentes a execução dos serviços, sob pena de rescisão do presente instrumento e pagamento das perdas e danos apurados em favor da **PORTO SEGURO**;
- (j) Observar e cumprir regulamentos editados por órgãos públicos, a serem aplicados na presente contratação;
- (k) Executar as atividades de acordo com o planejamento e acompanhar através de cronograma de execução dos serviços;
- (l) Garantir que os serviços desenvolvidos e os bens utilizados sejam apropriado(s), completo(s) e suficiente(s) para o objeto deste Contrato;
- (m) Refazer os serviços identificados pela **CONTRATANTE** como imperfeitos ou defeituosos, sem ônus a esta, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado da solicitação nesse sentido;
- (n) Indicar o profissional que ficará responsável em manter contato com a **CONTRATANTE**, bem como participar das reuniões solicitadas por esta;
- (o) Responder pela pontualidade, conduta, idoneidade, boa apresentação e qualificação profissional dos profissionais que atuarem na execução dos serviços;
- (p) Substituir imediatamente qualquer de seus empregados/profissionais/prepostos cuja presença ou atuação seja julgada inconveniente pela **CONTRATANTE**;
- (q) Obedecer às normas internas da **CONTRATANTE**, especialmente aquelas relacionadas acessos, carga e descarga de bens, horários, segurança, sigilo, dentre outras;
- (r) Cumprir pontualmente as atividades, prazos, SLAs constantes dos cronogramas dispostos em Anexos ao presente instrumento;
- (s) Cumprir pontualmente com todas as suas obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias incidentes sobre o objeto do presente Contrato;

*Adriano*

*[Assinatura]*



- (t) Encaminhar à **CONTRATANTE** notificação prévia e por escrito acerca de todo e qualquer evento que possam implicar atraso em qualquer prazo previsto neste instrumento e no(s) Anexo(s), apontando de forma objetiva as ações que serão realizadas para resolução do(s) incidente(s), no menor lapso temporal possível;
- (u) Efetuar o pagamento dos tributos que sejam de sua competência por força de lei;
- (v) Manter atualizado os seus dados cadastrais e societários perante a **CONTRATANTE**, encaminhando cópia simples dos seus atos societários consolidados, quando solicitado por esta;
- (w) Comunicar a **CONTRATANTE** após a conclusão dos serviços, mediante comunicação por escrito e com comprovação de recebimento, para que esta proceda a medição e vistoria final, visando a aceitação ou não dos serviços executados; e
- (x) Responder por todo e qualquer dano causado, por si ou por seus empregados/profissionais/prepostos à **CONTRATANTE** ou aos profissionais desta e a terceiros, independentemente de dolo ou culpa.

3.2. A **CONTRATANTE** obriga-se a cumprir e fazer cumprir as seguintes obrigações relacionadas ao presente Contrato:

- (a) Arcar pontualmente com o pagamento do preço pactuado neste Contrato;
- (b) Indicar o profissional que ficará responsável em manter contato com a **CONTRATADA**, bem como participar das reuniões solicitadas por esta.

#### CLÁUSULA QUARTA – Preço e Condições de Pagamento



4.1. Para execução dos serviços objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) sendo R\$ 2.000,00 (dois mil e reais) mensais, na forma e datas de vencimento acordadas na(s) Proposta(s) vigente(s).

4.2. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento dos valores acordados mediante o encaminhamento pela **CONTRATADA** das respectivas Notas Fiscais de Serviços, no endereço da **CONTRATANTE**, declinado no preâmbulo deste instrumento ou em outro eventualmente indicado por esta.

4.3. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contado da data de entrega pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE** da Nota Fiscal de Serviços com os respectivos custos, o que deverá ocorrer até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços e desde que cumpridas às obrigações previstas nesta cláusula.

4.3.1. Eventuais irregularidades ou imprecisões constantes do documento fiscal deverão ser sanadas pela **CONTRATADA**, dispondo a **CONTRATANTE**, neste caso, de recontagem do prazo para pagamento, o qual terá início a partir da data da reapresentação do documento fiscal regular.

4.3.2. A **CONTRATADA** deverá entregar à **CONTRATANTE**, juntamente com a Nota Fiscal de Serviços, a cópia dos competentes comprovantes de recolhimento das suas obrigações trabalhistas (FGTS) e previdenciárias (INSS), relacionadas aos seus empregados, bem como cópia dos recibos do pagamento dos salários dos mesmos, referentes ao mês de referência, sob pena de retenção do crédito da **CONTRATADA** pela **CONTRATANTE**, até o cumprimento da obrigação ora prevista, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do presente instrumento pela **CONTRATANTE**.



4.4. O atraso injustificado no pagamento da Nota Fiscal sujeitará a **CONTRATANTE** ao pagamento de juros de mora no valor de 1% (um por cento), calculado ao mês.

4.5. Já estão inclusos no(s) valor(es) supra referido(s) todos os custos inerentes aos serviços contratados, aos materiais, produtos e equipamentos a serem utilizados, dentre outros, necessários a completa e integral prestação dos serviços objeto do presente instrumento.

4.6. O(s) valor(es) de que trata esta cláusula poderão ser reajustados, após o período de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura do presente Contrato, mediante acordo formal entre as partes, formalizado em competente Termo de Aditamento a este instrumento. Eventual reajuste será realizado através da seguinte forma: através de convenção coletiva da categoria ou IPCA.

#### **CLÁUSULA QUINTA – Tributos**

5.1. Todos os tributos que forem devidos em decorrência do presente Contrato ou de sua execução, existentes ou que venham a ser criados, bem como as respectivas majorações, mudanças de base de cálculo ou do período de apuração, reajustes, encargos moratórios e obrigações tributárias acessórias constituem ônus de responsabilidade do respectivo sujeito passivo da obrigação tributária, conforme definido na legislação vigente.

5.2. Em razão do quanto exposto nesta cláusula, não poderá a **CONTRATADA** cobrar ou repassar, direta ou indiretamente, à **CONTRATANTE** quaisquer valores relacionados aos tributos incidentes na execução dos serviços objeto do presente instrumento, ou, ainda, repassar alterações de preços de materiais e/ou insumos de sua atividade, tampouco tributos que venham a ser criados, alterados ou que tenham suas alíquotas de qualquer forma modificadas.

#### **CLÁUSULA SEXTA – Independência das Partes**

6.1. A **CONTRATADA** se compromete a celebrar contrato de trabalho com todos os seus empregados, bem como declara que até a presente data tais contratos de trabalho estão devida e integralmente regulares, observado o quanto disposto na legislação vigente, em especial o Decreto-Lei nº 5.452/1943 (CLT) e suas posteriores atualizações, sendo certo que fica a **CONTRATADA** obrigada a manter durante a vigência deste Contrato a integral regularidade dos referidos contratos de trabalho, sob pena de rescisão do presente instrumento.

6.2. Declaram as partes contratantes que este Contrato não estabelece qualquer forma de associação, franquia, parceria, consórcio, *joint-venture*, vínculo empregatício, societário ou solidariedade entre as mesmas, com exceção das expressamente dispostas neste instrumento, tampouco confere às partes permissão para praticar quaisquer atos, contratar ou assumir obrigações em nome da outra parte.

6.3. As partes reconhecem expressamente que não existe nenhum vínculo trabalhista entre as mesmas, de qualquer natureza, competindo a cada uma, particularmente e com exclusividade, o cumprimento das suas respectivas obrigações trabalhistas e previdenciárias, na forma da lei. Todavia, se, apesar disto, vier a ser declarada judicialmente a existência de vínculo trabalhista, em caráter solidário ou subsidiário ou por outra forma, em decorrência de qualquer ação ou reclamação proposta por profissional direta ou indiretamente relacionada à execução do presente Contrato, a responsabilidade será da parte que tiver empregado ou contratado o profissional.



6.4. Na hipótese da parte não empregadora ou contratante ser compelida ao pagamento de condenação ou transação judicial, em razão do disposto no item 6.3 acima, a outra parte, na qualidade de empregadora ou contratante, compromete-se a indenizar aquela, nos termos da mencionada ordem judicial, somado ao valor das custas judiciais e honorários advocatícios, estes últimos desde já arbitrados em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação ou transação, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da solicitação nesse sentido.

6.4.1. Sem prejuízo do disposto no item imediatamente acima, obriga-se a **CONTRATADA** a declarar nos autos de demanda judicial eventualmente proposta por seu empregado ou contratado em face da **CONTRATANTE**, na primeira oportunidade, a inexistência de vínculo empregatício entre o reclamante e a **CONTRATANTE** e requerer, imediatamente e em consequência, a exclusão desta do pólo passivo da referida demanda, ingressando na referida demanda em sua substituição.

6.4.2. A **CONTRATANTE** poderá, a seu exclusivo critério, descontar o valor correspondente as despesas, de que trata o subitem 6.4 acima, de eventuais créditos que a **CONTRATADA** possua em razão da presente relação contratual, inclusive mediante a retenção dos valores eventualmente devidos.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – Multa por Descumprimento**

7.1. O descumprimento de qualquer cláusula, termo, disposição ou condição do presente Contrato ou de seu(s) Anexo(s) obriga a parte infratora ao pagamento de multa não compensatória de 15% (quinze por cento) do valor global deste instrumento, considerando, para tanto, o valor global da(s) Proposta(s) Comercial(is)/Técnica(s) vigentes, devida por infração, em favor da parte inocente, sem prejuízo do pagamento das perdas e danos eventualmente apurados.

#### **CLÁUSULA OITAVA – SLA (Acordo de Nível de Serviço)**

8.1. A **CONTRATADA** prestará os serviços, objeto deste Contrato, de acordo com as condições previstas na(s) Proposta(s) vigente(s) e/ou no(s) SLA(s) anexos ao presente, especialmente com relação aos prazos ali acordados.

8.2. O descumprimento de qualquer disposição ou condição prevista no(s) SLA(s) acordado(s) obrigará a **CONTRATADA** ao pagamento das penalidades previstas no(s) referido(s) documento(s) ou na(s) respectiva(s) Proposta(s) vigente(s), sem prejuízo da aplicação, de forma cumulativa, da multa prevista na cláusula sétima deste instrumento.

8.2.1. Na hipótese de no(s) referido(s) documento(s) ou na(s) respectiva(s) Proposta(s) vigente(s) não existir previsão de penalidade por descumprimento de SLA(s), poderá a **CONTRATANTE** a seu exclusivo critério realizar a aplicação de multa não compensatória em 5% (cinco por cento) do valor global da Proposta, por infração.

#### **CLÁUSULA NONA – Sigilo e Confidencialidade**

9.1. As partes contratantes obrigam-se, inclusive em nome de seus empregados, cooperados, prepostos e terceiros que participem de qualquer forma da execução do objeto do presente Contrato, a manter o mais completo e absoluto sigilo sobre todas e quaisquer informações, documentos, equipamentos, softwares, dados, inclusive e especialmente banco de dados, materiais, filmes, desenhos, dentre outros, seja de natureza técnica, operacional, logística, econômica, de

*Edmar*

*[Assinatura]*

engenharia ou de qualquer outra natureza, entregues, revelados ou fornecidos, bem como todos e quaisquer assuntos e temas tratados, informações sobre pesquisa, desenvolvimento técnico, modelos, aspectos comerciais passados, presentes e futuros, experiências e resultados de atividades, simulações lógicas, correspondências e elementos técnicos, todas as em conjunto doravante denominadas "Informações Confidenciais", independentemente da necessidade de identificação pela parte reveladora de sua natureza confidencial, não podendo a parte receptora, sob qualquer pretexto, direta ou indiretamente, divulgar e/ou revelar, armazenar, copiar, reproduzir ou utilizar para fins distintos do objeto deste instrumento, tais informações, sem a autorização prévia e expressa da parte reveladora.

**9.2.** Para efeitos deste instrumento, Informações Confidenciais significam todas e quaisquer informações trocadas entre as partes **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, que seja revelada por escrito ou verbalmente, ou, ainda, em forma de gráfico, inclusive os termos deste Contrato, independentemente de ser ou estar rotulada como tal.

**9.3.** As Informações Confidenciais de que trata esta Cláusula pertencerão exclusivamente à parte reveladora de tais Informações, devendo as partes manter, durante o prazo de vigência deste Contrato e pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado do término ou rescisão do presente, sigilo de todas as Informações Confidenciais, obrigando-se a não revelá-las a qualquer terceiro, exceto, nos limites necessários à concretização do objeto deste instrumento, bem como a adotar todas as providências necessárias à integral proteção e sigilo das mesmas.

**9.4.** Não caracterizará Informações Confidenciais aquelas que: **(i)** já eram de conhecimento de qualquer das partes à época em que forem recebidas pela parte reveladora; **(ii)** já eram ou se tornaram de domínio público à época da revelação; **(iii)** forem licitamente obtidas pelas partes por meio de terceiros sem violação direta ou indireta deste instrumento.

**9.4.1.** Caso as Informações Confidenciais devam ser divulgadas em virtude de lei ou ordem judicial, a parte que receber a ordem deverá comunicar à parte titular da Informação, antes da divulgação, para que esta adote as medidas que entender necessárias para evitar a revelação. Se a divulgação da Informação Confidencial não puder ser evitada, a parte que tem a obrigação legal de revelá-la deverá fazê-lo nos exatos limites determinados na norma legal ou na referida ordem judicial.

**9.5.** Os direitos e obrigações das partes referentes às Informações Confidenciais são adicionais aos direitos e obrigações relativos a segredos comerciais previstos na legislação aplicável. Cada parte concorda que a outra parte reivindique algumas de suas Informações como sendo segredos comerciais. As restrições relativas a não revelação e uso de Informações serão aplicáveis a toda Informação que consistir segredo comercial sob a lei aplicável e enquanto tal Informação permanecer caracterizada como segredo comercial.

**9.6.** A parte que violar as condições previstas nesta cláusula pagará à parte inocente multa, não compensatória, ora fixada em **50%** (cinquenta por cento) sobre o valor total da contratação, por infração, sem prejuízo da possibilidade de rescisão do presente Contrato pela parte inocente e pagamento pela partes infratora das eventuais perdas e danos causados em razão desta violação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – Prevenção e Combate à "Lavagem de Dinheiro"**

  
Celina R



**10.1.** As partes declaram expressamente ter pleno conhecimento e comprometem-se a fiel observância das disposições legais relacionadas à prevenção e combate às atividades relacionadas com os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, nos termos da Lei 9.613/98 e legislação e normas regulamentares correlatas.



**10.1.1.** As partes obrigam-se a dar pleno conhecimento do teor da legislação aplicável a matéria, nos termos do item 10.1 acima, a todos os seus empregados, prepostos e terceiros que atuem de qualquer forma na execução dos serviços ora contratados.

**10.1.2.** Em cumprimento a legislação e Circular vigentes, a CONTRATADA apresenta as informações que dispõe sobre os controles internos específicos das Companhias Seguradoras para a prevenção e combate dos crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, ou que com eles possam relacionar-se, o acompanhamento das operações realizadas e as propostas de operações com pessoas politicamente expostas, bem como a prevenção e coação do financiamento ao terrorismo:

<b>CADASTRO DE PESSOA JURÍDICA</b>	
Atividade principal desenvolvida;	Limpeza em Prédios e em Domicílios
Número do DDD e telefone;	(98) 3236-8102
Nomes dos controladores até o nível de pessoas físicas, principais administradores e procuradores;	Celimar Penha Ribeiro de Assunção
Informar, se for o caso, o nome do(s) controlador(es) que estiver(em) na condição de pessoa politicamente exposta;	
Informações acerca da situação patrimonial e financeira (fornecer Balanço, Balancete ou Declaração emitida por contador).	<p>Faixa de Patrimônio Líquido Anual (situação patrimonial):</p> <p>1. Sem Patrimônio Líquido ( )</p> <p>2. Até 1.200.000,00 (x)</p> <p>3. De 1.200.000,01 Até 10.500.000,00 ( )</p> <p>4. De 10.500.000,01 Até 60.000.000,00 ( )</p> <p>5. Acima de 60.000.000,01 ( )</p> <p>Faixa de Receita Operacional Bruta Anual (situação financeira):</p> <p>1. Sem Receita Operacional</p> <p>2. Até 1.200.000,00 ( )</p> <p>3. De 1.200.000,01 Até 10.500.000,00 ( )</p> <p>4. De 10.500.000,01 Até 60.000.000,00 ( )</p> <p>5. Acima de 60.000.000,01 ( )</p>

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Anticorrupção**

**11.1.** A CONSTRUTORA declara neste ato que está ciente dos termos da Lei 12.846/2013 e compromete-se por seus empregados, cooperados, prepostos, diretores e terceiros, bem como seus sócios que venham a agir em seu nome, a abster-se de qualquer conduta que constitua uma violação das suas disposições de anticorrupção, obrigando-se, inclusive, a não oferecer, pagar, prometer pagar ou autorizar o pagamento de, direta ou indiretamente, qualquer dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer autoridade governamental, consultores, representantes, parceiros, ou quaisquer terceiros, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão do agente ou do governo, ou para assegurar qualquer vantagem indevida, ou direcionais negócios para qualquer pessoa e que violem o estabelecido na Lei Anticorrupção.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Responsabilidade Social e Ambiental**

**12.1.** As partes se comprometem, durante a vigência dos serviços a não empregar, contratar e/ou utilizar mão de obra infantil, salvo nos termos da legislação vigente, bem como mão-de-obra escrava ou em condições análogas à escravidão.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Vigência/Resilição/Rescisão**

**13.1.** O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 meses com início em 07 de julho de 2017 e término em 07 de julho de 2018, podendo ser denunciado por qualquer das partes, a qualquer momento e sem qualquer ônus, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante notificação prévia e expressa, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, período em que as partes deverão observar as condições contratuais.

**13.2.** O presente instrumento poderá ser considerado rescindido de pleno direito, por qualquer das partes, a qualquer tempo e sem necessidade de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante notificação prévia e expressa, na ocorrência das seguintes hipóteses:

- (a) Recuperação judicial ou extrajudicial requerida, deferida ou decretada, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial, requerimento ou decretação de falência ou insolvência de qualquer das partes;
- (b) Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, assim definidos na legislação vigente, que impeça a execução do Contrato pelo prazo de 30 (trinta) dias consecutivos;
- (c) Insuficiência de desempenho técnico-profissional da **CONTRATADA**;
- (d) Descumprimento por qualquer das partes, das obrigações dispostas neste Contrato e em seu(s) Anexo(s), após notificação prévia para sanar a falha apontada em 03 (três) dias, contados do seu recebimento.

**13.3.** Nos casos das alíneas “a” e “b” do item 13.2 desta cláusula, a rescisão não acarretará ônus às partes, sendo certo que no tocante às alíneas “c” e “d” a parte infratora pagará à parte inocente multa rescisória ora fixada em 10% (dez por cento) sobre o valor deste Contrato, sem prejuízo de eventuais perdas e danos apurados.

**13.4.** A **CONTRATADA** se obriga a concluir todos e quaisquer serviços que tenham sido contratados e iniciados na vigência do presente Contrato, em qualquer caso de rescisão do mesmo, com a máxima perfeição e qualidade, sob pena de arcar com as eventuais perdas e danos e demais cominações legais cabíveis.

**13.5.** Os efeitos de fato e de direito decorrentes da rescisão deste instrumento não operam em relação a eventuais valores devidos pelas partes ou em relação a serviços solicitados durante a sua vigência e ainda não concluídos, tampouco quanto a eventuais perdas e danos originadas de qualquer ação ou omissão, culposa ou dolosa, de qualquer das partes, relacionadas às disposições contratuais, identificadas durante a vigência contratual ou posteriormente.

**13.6.** Os termos do presente Contrato referentes à confidencialidade, propriedade intelectual e limitação de responsabilidade sobreviverão à rescisão deste contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – Responsabilidade das Partes**



**14.1.** Acordam desde já as partes que elas responderão de forma objetiva e ilimitada, pelas suas ações e omissões e de terceiros que cada qual vier a utilizar para a consecução do objeto do presente contrato, independentemente da intensidade da participação deles, da natureza do dano ou do momento contratual em que tal ocorrer. Esta responsabilização não fica excluída ou atenuada em virtude de fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços pela parte contratante.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Disposições Gerais**

**15.1. Validade do Instrumento.** Os signatários declaram que possuem plena capacidade civil, sem qualquer impedimento legal, bem como possuem poderes específicos para a celebração do presente Contrato e estão devidamente autorizados na forma de seus respectivos atos societários.

**15.2. Tolerância.** Qualquer tolerância pelas partes em relação às cláusulas e condições do presente instrumento ou mesmo o retardamento da exigibilidade de direitos, não importará em precedente, novação, moratória ou alteração, permanecendo todos os termos deste Contrato plenamente exigíveis e exequíveis.

**15.3. Comunicações.** Todas as comunicações decorrentes do presente instrumento poderão ser feitas por e-mail, salvo no que diz respeito à notificação prévia para rescisão do presente contrato a qual deve ser feita, obrigatoriamente, por meio de correspondência devidamente protocolada.

**15.4. Sucessão.** O presente instrumento obriga as partes contratantes, seus sucessores e herdeiros, em todas as suas cláusulas, termos e condições.




**15.5. Cessões.** Ficam expressamente vedadas às partes a emissões de títulos de qualquer natureza, relacionados aos direitos de crédito oriundos deste Contrato, mesmo que parciais, os quais só poderão ser exigidos na eventualidade de inadimplemento, mediante a via executiva própria. Fica ainda vedada a transferência do próprio Contrato ou dos direitos e obrigações ora previstos, no todo ou em parte, a título gratuito ou oneroso.

**15.6. Nulidade.** Qualquer cláusula ou condição deste instrumento que, por qualquer razão, venha a ser reputada nula ou ineficaz por qualquer juízo ou tribunal, não afetará a validade das demais disposições contratuais, as quais permanecerão plenamente válidas e vinculantes, gerando efeitos em sua máxima extensão.

**15.7. Alterações.** Qualquer alteração nas disposições contidas neste Contrato somente terá validade e eficácia se devidamente formalizada, mediante o competente Termo de Aditamento contratual, pelos representantes legais das partes. Fica expressamente acordado que compromissos ou acordos verbais não obrigarão as partes, sendo considerados inexistentes para os fins deste Contrato.

**15.8. Compensação.** Na forma do artigo 368 do Código Civil Brasileiro, a **PORTO SEGURO** está autorizada a proceder à compensação, mediante comunicação escrita à **CONTRATADA**, de quaisquer valores devidos entre as partes, em decorrência do presente instrumento.

**15.9. Revisão por onerosidade excessiva.** Em se tratando de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessiva e comprovadamente onerosa, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderão as partes alterar equitativamente as condições do Contrato, visando o reequilíbrio contratual, nos termos do artigo 478 e seguintes do Código Civil Brasileiro.

**15.10. Conflito Entre o Contrato e seu(s) Anexo(s).** Na hipótese de conflito entre disposições contidas no presente instrumento e em seu(s) Anexo(s), prevalecerão as do Contrato em detrimento às do(s) Anexo(s) e, no caso de diverso(s) Anexo(s) prevalecerão os termos do(s) último(s) Anexo(s), considerando a ordem cronológica de celebração.

**15.11. Legislação aplicável.** A presente relação jurídica é regida exclusivamente pelas leis brasileiras, inclusive eventuais ações decorrentes de violação dos seus termos e condições.

**15.12. Título Executivo.** As partes conferem força executiva ao presente instrumento, nos termos do artigo 784, inciso III do Código de Processo Civil Brasileiro, para tudo o quanto for devido em razão deste Contrato.

**15.13.** É vedada a reprodução, divulgação e/ou veiculação do nome empresarial, da marca ou logotipo da **PORTO SEGURO** pela **CONTRATADA**, em quaisquer meios de comunicação, tais como, mas não limitados a materiais de marketing, mídia – escrita, falada, televisiva, eletrônica (Internet e intranet), dentre outros, salvo mediante prévia e expressa autorização da **PORTO SEGURO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Foro**

**16.1.** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas, questões ou litígios decorrentes do presente Contrato, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

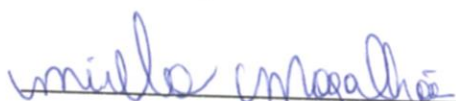
E por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, perante 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

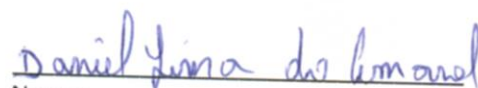
São Paulo, 29 de Junho de 2017.

   
\_\_\_\_\_  
**PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**

  
\_\_\_\_\_  
**HORUS SERVIÇOS E CONSULTORIA EIRELI -ME**

Testemunhas:

  
\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG/Órgão Emissor: 81378697-5  
CPF/MF: 835.030.493-91

  
\_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
RG/Órgão Emissor: 0250266820030  
CPF/MF: 084657893-57